

## **DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO**

### **51) Em relação à remuneração, segundo a lei e a jurisprudência:**

I. O fornecimento pelo empregador ao empregado de assistência médica através de seguro-saúde, por força de ajuste contratual, como forma de retribuição pelo trabalho, tem natureza salarial, integrando, portanto, a remuneração do obreiro para todos os fins de direito.

II. A habitação e a alimentação fornecidas aos empregados urbanos em geral como salário-utilidade não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário mínimo.

III. Não pode ser considerado salário-utilidade o veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando se tratar de instrumento indispensável para a realização do trabalho, salvo se possibilitada a sua utilização também nas atividades particulares do obreiro, hipótese em que assume um caráter de contraprestação.

IV. A configuração do caráter salarial da moradia e da alimentação, fornecidas pelo empregador rural aos seus empregados, decorre de norma de ordem pública, não sendo possível que instrumento contratual individual lhes atribua natureza jurídica diversa.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **52) Sobre o salário:**

I. As gratificações são parcelas de natureza salarial, tácita ou expressamente ajustadas, pagas pelo empregador por conta de um evento ou circunstância tida como mais gravosa ao obreiro ou às condições para o exercício do trabalho.

II. Os prêmios habitualmente pagos têm natureza salarial e estão vinculados a fatores de ordem pessoal do trabalhador, identificando-se, assim, pelo seu caráter condicional, razão pela qual não podem se constituir na forma única de remuneração.

III. As diárias pagas pelo empregador, mesmo quando superam o percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, não têm natureza salarial se efetivamente destinadas a ressarcir despesas provenientes de viagens a trabalho.

IV. As luvas desportivas são importâncias pagas aos atletas pelo empregador, na forma convencionada, como reconhecimento da sua eficiência e desempenho profissional, possuindo, assim, natureza salarial.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **53) Em relação ao trabalho rural:**

I. O que identifica o empregado como rural, de acordo com o critério que atualmente prevalece, é a natureza da atividade por ele executada.

II. Não pode ser entendido como empregador rural a pessoa física ou jurídica que explore atividade agroeconômica, diretamente ou através de prepostos, em caráter temporário.

III. O empregador rural pode dispor de mão-de-obra temporária, intermediada por empresa de trabalho temporário, para suprir necessidade resultante de um acréscimo extraordinário de serviços.

IV. Opera-se a sucessão trabalhista na hipótese de arrendamento de uma propriedade rural que explore atividade agroeconômica, visto que há alteração na titularidade do empreendimento, consoante preconizam as normas celetistas aplicáveis aos rurais.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**54) Ainda quanto ao trabalho rural segundo a lei e a jurisprudência uniformizada:**

I. O salário-família passou a ser devido aos trabalhadores rurais a partir da vigência da Constituição de 1988.

II. Não é considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, vez que integra categoria profissional diferenciada.

III. O trabalho noturno rural é aquele realizado entre vinte e uma horas de um dia e cinco horas do dia seguinte para os que trabalham na lavoura, e entre vinte horas de um dia e quatro horas do dia seguinte para os que lidam com a pecuária, sendo a hora noturna computada como de cinquenta e dois minutos e trinta segundos, e o seu valor acrescido de um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) incidente sobre o importe da hora diurna.

IV. Durante o prazo do aviso prévio, se a dispensa tiver sido promovida pelo empregador, o horário de trabalho do empregado rural será reduzido em duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**55) Sobre o trabalho do menor:**

I. O menor de 18 anos e maior de 16 anos poderá celebrar contrato de trabalho, independentemente da assistência de seus pais ou responsáveis.

II. O menor que trabalha na condição de aprendiz é empregado, não podendo a sua jornada de trabalho, em nenhuma hipótese, exceder a seis horas diárias, vedadas a prorrogação e a compensação.

III. O contrato de aprendizagem somente pode ser celebrado por menor de 18 anos e maior de 14 anos, por um período máximo de dois anos, extinguindo-se automaticamente com o advento do seu termo ou quando o menor completar 18 anos, independentemente de ter sido concluído o aprendizado.

IV. A rescisão antecipada do contrato de aprendizagem poderá ser efetivada a pedido do aprendiz, cabendo-lhe indenizar o empregador dos prejuízos causados em face da ruptura antes da expiração do prazo contratado.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **56) Sobre a duração do trabalho:**

I. A ordem jurídica brasileira adota para fins de fixação da jornada de trabalho o critério de tempo efetivamente trabalhado, excluindo todo e qualquer lapso temporal que não consista em transferência direta da força de trabalho em benefício do empregador.

II. O turno ininterrupto de revezamento, que assegura ao empregado uma jornada de seis horas diárias, não se descaracteriza quando, dentro de cada turno, ocorre uma interrupção do trabalho destinada ao repouso e alimentação do empregado.

III. A lei brasileira adota como regra geral a não remuneração dos intervalos intrajornadas.

IV. O empregador poderá ajustar com o empregado submetido à jornada de quarenta e quatro horas semanais a concessão de um intervalo intrajornada superior ao previsto em lei, tendo em vista o princípio da condição mais benéfica.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **57) A respeito da suspensão e interrupção do contrato de trabalho:**

I. O empregado poderá ter o seu contrato de trabalho suspenso para participar de curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, independentemente de sua anuência, desde que tal possibilidade esteja prevista em convenção ou acordo coletivo e o período de suspensão não exceda a cinco meses.

II. O empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima tem o respectivo contrato de trabalho interrompido, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

III. Nos contratos a termo, o tempo de afastamento do empregado por conta de uma causa suspensiva é, em regra, computado na contagem do prazo para a respectiva terminação do pacto.

IV. A participação pacífica e legal do empregado em movimento grevista constitui hipótese de suspensão do contrato de trabalho, sendo vedada a rescisão contratual enquanto perdurar o movimento paretista.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **58) Em relação ao sistema legal de proteção ao salário:**

I. Como exceção ao princípio da irredutibilidade salarial, a lei faculta ao empregador, no caso de força maior, reduzir os salários dos seus empregados em até 25% (vinte e cinco por cento), respeitado o salário mínimo, desde que decorrente de negociação coletiva.

II. A norma legal adota o princípio da intangibilidade salarial, admitindo, como exceção, dentre outras, a possibilidade de descontos nos salários do empregado em caso de dano culposos por ele causado, desde que acordada tal possibilidade.

III. Presume-se que houve vício de consentimento quando ocorre a anuência expressa do empregado com descontos salariais no momento de sua admissão.

IV. Não havendo expressa previsão em contrato ou instrumento normativo, a alteração unilateral pelo empregador da data de pagamento do salário mensal não viola a norma legal que veda alterações contratuais

lesivas ao empregado, desde que observado o prazo máximo de até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**59) Sobre a possibilidade de transferência do empregado pelo empregador:**

I. A transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, por ato unilateral do empregador, será considerada lícita, desde que tenha caráter provisório ou decorra de real necessidade de serviço, ficando assegurado ao empregado, em ambos os casos, o pagamento de um adicional na forma da lei.

II. O empregado que exerce cargo de confiança pode ser transferido por ato unilateral do empregador, não lhe sendo devido, em nenhuma hipótese, o adicional de transferência.

III. O empregador poderá transferir o empregado, desde que com a sua anuência, quando ocorrer a extinção do estabelecimento onde se dá a prestação dos serviços.

IV. O dirigente sindical não pode ser transferido, salvo se voluntariamente anuir, hipótese em que perderá o seu mandato.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**60) Quanto às garantias provisórias de emprego:**

I. A Constituição veda a dispensa do empregado sindicalizado, salvo por falta grave, a partir do registro da candidatura a cargo de direção sindical, ainda que esse registro ocorra no curso do aviso prévio, cujo período integra o contrato de trabalho para todos os fins e direitos.

II. É vedada a dispensa arbitrária dos empregados integrantes da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), mesmo que na condição de suplentes, salvo na ocorrência de motivos disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

III. A lei confere estabilidade por um período de doze meses a todo empregado que sofre acidente de trabalho.

IV. A lei veda a dispensa dos representantes dos empregados nas Comissões de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final de seus mandatos.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**61) Em relação à organização sindical brasileira:**

I. Não obstante a norma constitucional vedar a interferência estatal na criação e organização dos sindicatos,

permanece a obrigação do registro da entidade no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem como o depósito de seus estatutos no órgão competente do Ministério do Trabalho para fins cadastrais e de verificação dos pressupostos legais.

II. A estrutura sindical brasileira adota o sistema piramidal, tendo os sindicatos na base, no meio as federações e no vértice as confederações, sendo as federações formadas por, no mínimo, três sindicatos da mesma categoria profissional, diferenciada ou econômica, e as confederações por uma composição mínima de cinco federações, observadas as categorias respectivas.

III. A Constituição de 1988, ao prever a existência de um único sindicato dentro de uma determinada base territorial, e ao recepcionar a estrutura piramidal de organização das entidades sindicais de graus superior e inferior, inviabilizou a criação de sindicatos nacionais, ou seja, entidades sindicais de grau inferior com área de atuação em todo o território nacional.

IV. A contribuição sindical obrigatória (imposto sindical) e a contribuição confederativa compõem o quadro das receitas sindicais, sendo devidas por todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional ou econômica, sindicalizados ou não.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## **62) Sobre a negociação coletiva trabalhista:**

I. A convenção coletiva é o acordo de caráter normativo através do qual duas ou mais entidades sindicais representativas de categorias econômicas e profissionais estipulam novas condições de trabalho, possuindo eficácia territorial apenas no âmbito de suas respectivas representações, com prazo mínimo de vigência de um ano e máximo de dois anos.

II. No que tange à incorporação das cláusulas negociadas através de convenção ou acordo coletivos ao contrato de trabalho, a jurisprudência majoritária vem prestigiando o princípio da aderência limitada, considerando que os dispositivos de normas coletivas vigoram apenas durante o prazo de vigência assinalado nos respectivos instrumentos.

III. O empregado integrante de categoria profissional diferenciada faz jus às vantagens previstas em instrumento coletivo celebrado pelo sindicato que lhe representa, desde que o seu empregador, diretamente ou pelo sindicato da categoria econômica que integra, tenha participado da negociação.

IV. Havendo conflito entre normas de convenção e de acordo coletivo, com vigências simultâneas, que atinjam o mesmo grupo de trabalhadores, devem prevalecer as regras do acordo coletivo, visto que de caráter especial em relação à convenção, que tem caráter geral.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **63) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O princípio da normatização coletiva não é absoluto, pois encontra limites na própria Constituição, nas leis de ordem pública de proteção à pessoa do trabalhador e nas normas previstas em convenções e acordos coletivos que disponham sobre condições mínimas de determinada categoria profissional.

II. Na Justiça do Trabalho, somente se admite a relativização do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias nas hipóteses de acolhimento de exceção de incompetência, com a remessa dos autos para o Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, e de decisões suscetíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal.

III. Não se aplica ao Processo do Trabalho, conforme entendimento majoritário do TST, o princípio da identidade física do juiz.

IV. A eficácia da lei processual trabalhista no tempo é norteadas por dois princípios fundamentais: o princípio da irretroatividade das leis processuais e o princípio do efeito imediato.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**64) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O empregado doente, quando comprovadamente se mostre impossibilitado de comparecer à audiência inicial, poderá se fazer representar por um outro colega que pertença à mesma categoria profissional, valendo o depoimento prestado pelo representante, inclusive, para efeito de confissão.

II. Nos moldes da jurisprudência pacificada do TST, a declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita, por implicar em responsabilidade penal para o declarante, somente pode ser aceita quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador com poderes específicos para tal fim.

III. No Processo do Trabalho, o instituto do mandato tácito tem plena aceitação, e se configura sempre que o profissional advogado, mesmo sem poderes específicos em instrumento de procuração, pratica atos no processo em nome de seu pretense cliente.

IV. Em matéria de nulidade, aplica-se ao Processo do Trabalho o princípio da transcendência, segundo o qual não se deve anular todo o processo se houver a possibilidade de se aproveitar um ato validamente praticado.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**65) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. A exceção de incompetência no processo do trabalho admite o contraditório, cabendo ao exceto manifestar-se sobre a exceção no prazo de vinte e quatro horas improrrogáveis.

II. Não pode a reclamada arguir o instituto da compensação por ocasião das razões finais, ainda que a certeza sobre a existência de crédito em seu favor somente tenha se verificado na audiência de instrução e julgamento, em virtude de confissão do reclamante.

III. Na hipótese de pedido de condenação em adicional de periculosidade ou de insalubridade, mesmo que a contestação se dê por negativa geral, a presunção de veracidade dos fatos daí decorrentes se mostra relativa, entendendo a jurisprudência majoritária pela imprescindibilidade de prova pericial, ainda que emprestada, para que o pedido seja deferido pelo juiz.

IV. Em que pese a regra geral de que a ação e a reconvenção devam ser julgadas simultaneamente pela mesma sentença de mérito, a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta

ao prosseguimento regular da reconvenção, desde que, em relação a esta, mantenham-se presentes os pressupostos processuais, as condições da ação e seus requisitos específicos de cabimento.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**66) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Nos moldes da jurisprudência pacificada, os honorários devidos ao perito nomeado pelo Juízo e ao assistente técnico indicado pela parte são de responsabilidade do litigante vencido no objeto da prova pericial.

II. A existência de colusão ou lide simulada autoriza a que o Juiz do Trabalho, de ofício, declare a extinção do processo sem julgamento do mérito.

III. Segundo entendimento jurisprudencial pacificado, revelando-se a sentença *citra petita*, o vício processual possibilita a sua desconstituição pela via da ação rescisória, ainda que a matéria não tenha sido pré-questionada mediante embargos de declaração.

IV. Nas ações sujeitas à competência da Justiça do Trabalho não são devidos honorários advocatícios.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**67) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O termo de conciliação devidamente homologado pelo Juiz tem força de decisão irrecorrível apenas em relação às partes litigantes; o INSS e o Ministério Público do Trabalho podem pleitear a sua reforma ou desconstituição por meio de recurso sempre que se mostrar patente a existência de simulação ou fraude em detrimento do interesse público.

II. Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, ainda que não constem expressamente da sentença condenatória proferida, são devidas as parcelas de juros de mora e correção monetária, bem como os descontos para o imposto de renda e para a previdência social, pois decorrem de expressa previsão legal.

III. Cabe recurso de revista apenas das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho na fase cognitiva dos dissídios individuais.

IV. Segundo a jurisprudência pacificada, se a parte interpõe embargos de declaração e o Tribunal se mantém renitente em sua omissão de pronunciar tese a respeito, considera-se pré-questionada a questão jurídica invocada no recurso principal.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**68) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O prazo para oposição de embargos à execução no Processo do Trabalho é de cinco dias, contados da data da juntada aos autos da prova da intimação da penhora.

II. Ante a sua natureza interlocutória, a decisão que acolhe ou rejeita objeção de pré-executividade não se mostra passível de recurso imediato.

III. O sócio que não integrou o título executivo, mas que, em virtude da aplicação da teoria da despersonalização da pessoa jurídica, é citado na execução para responder pela satisfação da dívida, tem legitimidade para propor embargos de terceiro visando desconstituir ato de penhora incidente sobre o seu patrimônio pessoal.

IV. Segundo a doutrina e a jurisprudência majoritárias, a fraude à execução somente se configura quando o devedor, tendo contra si uma ação executiva em curso, aliena ou onera bens de seu patrimônio, tornando-se insolvente.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**69) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Segundo a jurisprudência pacificada, o fato de ser acordado em audiência o pagamento de parcelas indenizatórias, não exclui a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias devidas em razão de anotação de CTPS objeto do mesmo acordo homologado em juízo.

II. Apenas os sindicatos representativos das categorias profissional e econômica podem ser partes legítimas *ad causam* nos dissídios coletivos, já que estes decorrem de um conflito típico entre categorias.

III. Na Justiça do Trabalho, a competência originária para julgar mandado de segurança é sempre dos Tribunais.

IV. A sentença na ação de consignação em pagamento, para o autor, não possui conteúdo condenatório, já que se limita a reconhecer e declarar a suficiência ou insuficiência do depósito por ele realizado.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**70) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, a Justiça do Trabalho detém competência material para dirimir ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho que tenha por objeto a declaração de nulidade de cláusula de norma coletiva, sendo que a competência para julgamento de ação dessa natureza pertence aos TRT's e ao TST, conforme o espectro de abrangência territorial das condições normativas de trabalho impugnadas.

II. Os embargos propostos contra a expedição do mandado injuntivo da ação monitória não guardam nenhuma similitude com os embargos à execução; trata-se de uma verdadeira defesa, cuja matéria não se submete a qualquer limitação.

III. Conforme jurisprudência pacificada, estando o feito em grau de recurso, compete ao Relator decidir sobre o pedido de antecipação de tutela, submetendo sua decisão ao Colegiado respectivo, independentemente de pauta, na sessão imediatamente subsequente.



IV. No procedimento sumaríssimo, se as partes e os advogados não comunicarem ao juízo as mudanças de seus respectivos endereços, serão consideradas válidas as intimações encaminhadas aos locais anteriormente indicados nos autos.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **71) Analise as proposições abaixo e responda:**

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os litígios entre organismos internacionais e o Distrito Federal.

II. Cabe ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário, rever, de ofício, os processos disciplinares de juízes julgados há menos de um ano.

III. Os juízes do trabalho de primeira instância deverão ser processados e julgados originariamente, nos crimes comuns, pelos Tribunais Regionais Federais.

IV. A atividade jurisdicional é ininterrupta, mas a Constituição não veda aos tribunais superiores o gozo de férias coletivas.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **72) Em relação ao processo legislativo:**

I. Cabe à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelo plenário do Congresso Nacional.

II. As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional; a delegação, uma vez aprovada, terá a forma de Decreto Legislativo.

III. Somente poderão ser objeto de lei complementar as matérias taxativamente estabelecidas pela Constituição Federal.

IV. O Presidente da República terá um prazo de quinze dias úteis para analisar o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, podendo vetá-lo total ou parcialmente; em havendo o veto presidencial, caberá ao Congresso Nacional apreciá-lo; uma vez rejeitado o veto, cumpre ao Presidente do Senado Federal a promulgação da lei.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **73) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada uma das Casas do Congresso Nacional pela maioria absoluta dos votos dos seus respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

II. O direito de reunião em locais públicos pode ser exercido independentemente de autorização ou prévio aviso à autoridade competente, desde que tenha fins pacíficos e não frustrar outra reunião já anteriormente convocada para o mesmo local.

III. Consoante doutrina e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as garantias fundamentais previstas na Constituição abrangem não apenas os brasileiros natos ou naturalizados, mas também os estrangeiros, residentes ou não no país, e as pessoas jurídicas.

IV. As entidades associativas somente têm legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente quando expressamente autorizadas.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

#### **74) Em relação às tutelas constitucionais das liberdades:**

I. O *habeas corpus* é o remédio constitucional cabível sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, podendo ser impetrado por qualquer pessoa, mesmo que sem advogado e sem as formalidades processuais.

II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe apenas quando a pretensão veiculada interessa a toda a categoria que representa; trata-se da necessária pertinência temática do objeto da ação coletiva com os objetivos institucionais da entidade.

III. O entendimento atualmente dominante no Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a decisão proferida em mandado de injunção tem como efeito apenas a decretação da mora do poder omissivo e o reconhecimento formal de sua inércia.

IV. As pessoas jurídicas e os estrangeiros residentes no país não têm legitimidade para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio-ambiente.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## **DIREITO PENAL**

#### **75) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Configura crime contra a organização do trabalho o fato de dois ou mais empregados abandonarem coletivamente o serviço, praticando violência contra pessoa ou contra coisa.

II. O Oficial de Justiça que, valendo-se de sua qualidade de servidor público, patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado de profissional advogado, pratica crime contra a administração da justiça.

III. Comete o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista o empregador que o

đ ĩ .ã  
bjbjĪ2Ī2

-1 X X-Ūyyyyyy^aaaaaa " "

ÆYÆYÆY8pY<î¥Á5@

đ ĩ .ã  
bjbjĪ2Ī2

-1 X X-Ūyyyyyy^aaaaaa " "

ÆYÆYÆY8pY<osição verdadeira.

**76) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. O crime de falsidade de atestado médico comporta a modalidade culposa por imperícia.
  - II. Não é possível ao particular cometer o crime de falsidade ideológica em documento público.
  - III. Para os efeitos penais de crime de falsidade, equiparam-se a documento público os livros mercantis e o testamento particular.
  - IV. Não é juridicamente admissível a tentativa de uso de documento falso.
- a) Todas as proposições são falsas.
  - b) Todas as proposições são verdadeiras.
  - c) Há apenas três proposições verdadeiras.
  - d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
  - e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**77) Sobre a execução no processo civil:**

- I. O credor somente poderá desistir da execução, quando pendente julgamento de embargos sobre matéria de mérito, caso não haja oposição fundamentada por parte do embargante.
  - II. A desistência manifestada pelo exequente no processo de execução equivale à renúncia ao crédito, extinguindo o direito à prestação obrigacional objeto da lide.
  - III. Na execução contra devedor solvente, havendo mais de uma penhora sobre o mesmo bem, instaura-se o concurso de credores, assumindo todos os quirografários a mesma posição, sem qualquer ordem de preferência em relação ao bem objeto da constrição.
  - IV. Os títulos executivos extrajudiciais provenientes de países estrangeiros não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal para serem executados no Brasil.
- a) Todas as proposições são falsas.
  - b) Todas as proposições são verdadeiras.
  - c) Há apenas três proposições verdadeiras.
  - d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
  - e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**78) Em relação à antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional:**

- I. Não é possível o juiz antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial quando não verificar receio fundado de dano irreparável ou de difícil reparação, mesmo diante de prova inequívoca e da verossimilhança da alegação.
  - II. O réu poderá requerer a antecipação da tutela em seu favor.
  - III. Cabe a antecipação de tutela na ação rescisória.
  - IV. Requerendo o autor, a título de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar, esta somente poderá ser deferida se presentes os pressupostos específicos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.
- a) Todas as proposições são falsas.

- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**79) Quanto à suspensão e extinção do processo:**

I. No processo civil, a suspensão do processo por convenção das partes não poderá exceder um ano; findo o prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.

II. Configura hipótese de suspensão do processo a morte do advogado do réu, ainda que já iniciada a audiência de instrução e julgamento; no caso, o juiz conferirá um prazo de vinte dias para que a parte constitua novo procurador, findo o qual, sem a adoção da providência, o processo retomará seu curso à revelia do réu.

III. Feita a citação, o autor não poderá desistir da ação sem o consentimento do réu.

IV. Ocorre o fenômeno processual da perempção quando o autor dá causa à extinção do processo sem julgamento de mérito por três vezes, hipótese em que não poderá renovar a ação contra o mesmo réu e com o mesmo pedido, ficando-lhe ressaltada a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**80) Sobre a ação cautelar:**

I. Tratando-se de procedimento preparatório, a parte deverá propor a ação principal dentro do prazo decadencial de trinta dias contados da data da decisão concessiva da medida cautelar requerida.

II. Quando a parte não ajuíza a ação principal no prazo legal, cessa a eficácia da medida cautelar concedida, sendo vedada a repetição do mesmo pedido, ainda que por fundamento diverso.

III. O juiz não pode apreciar no processo cautelar nenhuma matéria pertencente ao mérito da ação principal, considerando a natureza e o caráter meramente instrumental das ações cautelares.

IV. Cessa a eficácia da medida cautelar quando ocorrer uma das hipóteses de suspensão do processo.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**81) Sobre as medidas cautelares específicas:**

I. O protesto, como medida cautelar de natureza não-contenciosa, não admite defesa, podendo o requerido apresentar nos autos apenas o que a norma processual denomina de contraprotesto.

II. A cautelar de produção antecipada de provas somente tem lugar como procedimento preparatório.

III. A ação cautelar de exibição apenas tem lugar como procedimento preparatório.

IV. O arresto é uma medida cautelar nominada, de natureza jurisdicional, que pode ser ajuizada antes ou no curso da ação principal, cujo objetivo consiste em garantir a execução para a entrega de determinado bem litigioso, mediante a apreensão judicial e sua guarda por depositário.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**82) Em relação à jurisdição:**

I. A jurisdição é uma função do Estado que se rege por alguns princípios fundamentais universalmente reconhecidos, tais como o princípio da inafastabilidade e o da indelegabilidade, ambos de índole constitucional.

II. No exercício da jurisdição, o Estado substitui, com sua atividade, a atividade das partes envolvidas no conflito trazido à sua apreciação. É o que enuncia o princípio da inafastabilidade inerente à jurisdição.

III. É uma decorrência do princípio do juiz natural a garantia da independência e da imparcialidade do juiz no exercício de sua função jurisdicional.

IV. No Brasil não prevalece a idéia da unidade e indivisibilidade da jurisdição, vez que a própria norma trata de dividi-la de acordo com a matéria, revelando a existência de diversas espécies de jurisdição, tais como a jurisdição penal, a jurisdição civil, a jurisdição trabalhista, a jurisdição militar, dentre outras.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**83) Sobre a execução contra a Fazenda Pública, bem como a atuação processual do Ministério Público, segundo a lei e a jurisprudência:**

I. Na execução contra a Fazenda Pública, a sentença proferida em sede de embargos, desfavorável à pretensão fazendária, impõe o duplo grau de jurisdição obrigatório, sendo, nesse caso, defeso ao Tribunal agravar a condenação imposta à executada pelo juízo primário.

II. A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência de depósito prévio dos honorários do perito.

III. É cabível a execução por título executivo extrajudicial contra a fazenda pública.

IV. O Ministério Público, oficiando como fiscal da lei, deve ser intimado de todos os atos do processo e ter vista dos autos depois das partes, possuindo ainda legitimidade para recorrer, ainda que não haja recurso da parte.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**84) Sobre improbidade administrativa:**

I. Encontra-se pacificada na doutrina e na jurisprudência a natureza penal das normas contidas na lei de improbidade administrativa.

II. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente; a pena para a prática de referido crime é a de reclusão, a mesma imposta à figura criminal da denunciação caluniosa, prevista no Código Penal.

III. Os atos de improbidade administrativa, na forma da lei, podem ser praticados por qualquer agente público, seja ou não servidor público.

IV. As sanções consistentes na perda de bens, suspensão dos direitos políticos e perda da função pública, todas previstas na lei de improbidade, dependem para sua aplicação do devido processo criminal.

a) Todas as proposições são falsas.

b) Todas as proposições são verdadeiras.

c) Há apenas três proposições verdadeiras.

d) Há apenas duas proposições verdadeiras.

e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**85) Ainda sobre improbidade administrativa:**

I. Segundo a lei de improbidade administrativa, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

II. A lei de improbidade administrativa estabeleceu que o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio

público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações do mesmo diploma legal, até o limite do valor da herança.

III. Nos termos da lei de improbidade, a ação civil de improbidade administrativa terá rito sumário e poderá ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica interessada, bem como pelo Ministério Público.

IV. A lei de improbidade vedou expressamente a transação, acordo ou conciliação no bojo da ação civil de improbidade, excetuando apenas os casos em que esta for proposta para se apurar condutas tidas por atentatórias ao princípio da moralidade administrativa, cujas sanções são mais brandas.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**86) A respeito do inquérito civil público:**

I. O inquérito civil se trata de um procedimento de investigação administrativa prévia a cargo do Ministério Público, não estando sujeito ao contraditório.

II. Cessadas todas as diligências no inquérito civil, o órgão do Ministério Público, convencendo-se da ausência de fundamentos para propositura de ação judicial, promoverá o arquivamento dos autos da investigação, cabendo-lhe fundamentar a sua decisão, mesmo considerando o princípio da independência funcional.

III. O membro do Ministério Público que promover o arquivamento do inquérito civil deverá, no prazo de três dias, remeter os autos ao Conselho Superior para o exame da sua decisão, sob pena de cometer falta disciplinar grave.

IV. Não homologando o Conselho Superior do Ministério Público a promoção de arquivamento do inquérito civil, devolverá os autos ao mesmo órgão para o ajuizamento da ação judicial.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**DIREITO CIVIL**

**87) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Ainda que para favorecer um absolutamente incapaz, o juiz, em se tratando de direito de cunho patrimonial, não pode acolher de ofício a prescrição.

II. A decadência convencional é insuscetível de preclusão, mas o juiz dela só pode conhecer se for alegada pela parte.

III. Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se deteriorar antes da tradição, o credor haverá de recebê-la tal qual se ache, sem direito à indenização.

IV. Nas obrigações alternativas, a escolha, em regra, cabe ao devedor, salvo se outra coisa se estipulou.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**88) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Se o co-devedor solidário não foi regularmente constituído em mora, a sua responsabilidade se restringe à satisfação da obrigação principal, sem incluir os juros de mora.

II. A cessão de crédito, para ser válida, exige a concordância da parte devedora envolvida na relação obrigacional, já que ninguém pode ser compelido a aceitar como seu credor uma terceira pessoa, que pode, inclusive, ser seu inimigo ou desafeto.

III. A exemplo da indenização por perdas e danos, com a qual guarda laços de similaridade, a cláusula penal

exige para o seu reconhecimento a prova de existência do ato ilícito (no caso, o inadimplemento, com constituição em mora do devedor), o nexu causal (no caso, a culpa do devedor pelo inadimplemento ou inexecução) e o dano (no caso, o prejuízo suportado em decorrência do inadimplemento ou inexecução da obrigação).

IV. Em um contrato de execução continuada ou diferida, ocorrendo a situação de excessiva onerosidade, o Código Civil assegura à parte prejudicada invocar a teoria da imprevisão e requerer a resolução do negócio jurídico ou a sua revisão, neste último caso com redução da prestação a um patamar pautado pela equidade.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**89) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. A condição resolutiva tácita não é causa de dissolução do contrato.

II. É anulável pelo cônjuge toda compra e venda realizada pelo homem casado ao filho contraído fora do casamento, ainda que os demais descendentes do alienante expressamente concordem com a realização do referido negócio jurídico.

III. Admite-se a doação verbal se o contrato versar sobre bens móveis e de pequeno valor, seguindo-se incontinenti a tradição.

IV. Se o prestador de serviços se despedir sem justa causa, terá direito à retribuição vencida, mas responderá por perdas e danos. Porém, se o prestador de serviços for despedido sem justa causa, receberá da outra parte por inteiro a retribuição vencida e por metade o que lhe caberia de então ao termo previsto no ajuste.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**90) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Ainda que sejam introduzidas modificações no projeto, desde que estas não resultem de instruções escritas do dono da obra, o empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, não terá direito, salvo estipulação contratual em contrário, a exigir acréscimo no preço.

II. Se o caso fortuito sobreveio quando o depositário, sem licença do depositante, utilizava-se do bem depositado, aquele responde pelos prejuízos decorrentes da deterioração.

III. Pode substabelecer-se mediante instrumento particular o mandato outorgado por meio de instrumento público.

IV. Só se permite a transação quanto a direitos patrimoniais de caráter privado.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**91) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Empresa é o conjunto organizado de bens administrado pelo empresário visando à produção ou circulação de bens e serviços.

II. É obrigatória a existência de pelo menos dois sócios para a configuração de uma sociedade, já que ninguém pode ser sócio de si mesmo.

III. Na sociedade em comum, os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, ficando excluído do benefício de ordem o sócio que contratou pela sociedade.

IV. Na sociedade em conta de participação, os sócios participante e ostensivo contribuem para a formação de um fundo especial, destinado ao desenvolvimento das atividades sociais, determinando a lei que tal

patrimônio, em caso de falência da sociedade, seja liquidado e utilizado para quitação das obrigações assumidas perante terceiros.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**92) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Em uma sociedade simples formada por três sócios que subscrevem cotas iguais de R\$ 1.000,00 (mil reais), e que, não possuindo mais patrimônio próprio, assume uma dívida de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o patrimônio pessoal de cada um dos sócios responde em caráter subsidiário pela dívida da sociedade, observada a proporcionalidade de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

II. O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

III. A retirada do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

IV. Constitui-se em característica da sociedade cooperativa a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## DIREITO COMERCIAL

**93) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Em se tratando de formação do capital social de sociedade anônima, o direito brasileiro não admite as ações integralizadas por meio de prestação de serviços.

II. Nas sociedades anônimas, as ações preferenciais normalmente são privadas do direito de voto ou este é limitado a respeito de determinadas matérias.

III. No caso de alteração na proporção de ações preferenciais, alteração nas preferências, ou criação de classe mais favorável

0 0 0  
bjbj2i2

-1 X X-Úyyyyyy^aaaaaa "

ÆYÆYÆY8pY<i¥Á5@

0 0 0  
bjbj2i2

-1 X X-Úyyyyyy^aaaaaa "

**ÆYÆYÆY8pY<mine as proposições abaixo e responda:**

I. Na falência, a função de administrador judicial só pode ser exercida por pessoa física, já que é obrigação pessoal do nomeado, sob a fiscalização do juiz e do Comitê de Credores, prestar mensalmente conta demonstrativa de sua administração à frente dos interesses da massa, especificando claramente a receita e a despesa.

II. Segundo a jurisprudência pacificada do TST, constitui-se em efeito imediato da decretação da liquidação



extrajudicial a suspensão de todas as ações e das execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos aos acervos da instituição liquidanda.

III. Na falência, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários.

IV. A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**95) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Não obstante seja patente no Código de Defesa do Consumidor o reconhecimento do estado de vulnerabilidade do consumidor, este nem sempre tem assegurado o direito à inversão do ônus da prova em juízo.

II. O Código de Defesa do Consumidor autoriza o juiz a desconsiderar a personalidade jurídica quando, em detrimento do consumidor, houver falência, estado de insolvência ou inatividade da pessoa jurídica provocada por má administração.

III. Na disciplina do Código de Defesa do Consumidor, a possibilidade de determinação dos titulares é uma característica comum aos direitos coletivos e aos individuais homogêneos. O que distingue essas duas categorias de direitos é que, no primeiro, a relação jurídica base é preexistente à lesão; enquanto que, no segundo, a relação jurídica do direito nasce exatamente da lesão.

IV. Constitui-se em princípio consagrado pelo Código de Defesa do Consumidor o incentivo à criação pelos fornecedores de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**96) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O *warrant*, quando separado do conhecimento de depósito, é um título de crédito formal, causal e à ordem, destinado a conferir ao portador um direito real de penhor sobre a mercadoria nele especificada até a concorrência da quantia anunciada no seu primeiro endosso.

II. O analfabeto não pode figurar como emitente de cheque, haja vista que a assinatura é requisito essencial do referido título.

III. A causa determinante da emissão da duplicata é suscetível de ser discutida entre sacador e sacado, sendo oponível, inclusive, ao terceiro de boa fé.

IV. A oposição, vulgarmente conhecida como “sustação” do cheque, é ato privativo do emitente, realizando-se por escrito, com indicação da relevante razão de direito que a justifica, podendo ser promovida a qualquer tempo.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

**97) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. No contrato de concessão mercantil de veículos automotores, a área operacional demarcada para o exercício das atividades do concessionário pode ou não ser exclusiva, mas ao concedente é vedado realizar vendas diretas de veículos independente da atuação ou pedido dos concessionários integrantes da respectiva rede de distribuição.

II. O contrato de franquia empresarial ou *franchising* é considerado pela doutrina como um contrato atípico,

já que ainda não está sujeito a uma regulamentação legal específica.

III. O *leasing* é um contrato *intuitu personae*, sendo vedado ao arrendador, no curso de sua execução, transferi-lo a empresa congênere, mediante cessão de crédito.

IV. Embora o *factoring* não seja um contrato tipicamente bancário, nele se pode estabelecer garantias reais, eliminando-se, para o faturizador, a margem de risco pela impontualidade e insolvência do devedor dos créditos que lhe foram cedidos pelo faturizado.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

### **98) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O sistema de custeio da seguridade social no país é de natureza contributiva, em regime de capitalização, porquanto os valores individuais pagos pelos segurados são reunidos em uma reserva ou conta individualizada, que é utilizada para o pagamento de benefícios aos respectivos titulares, na medida de suas necessidades.

II. Com relação às contribuições sociais de que trata o *caput* do art. 195 da Constituição, não há necessidade de lei complementar de normas gerais definindo base de cálculo, contribuinte e fato gerador.

III. A isenção atinge todas as contribuições previdenciárias devidas pela empresa, mas não abrange as devidas pelos empresários enquanto segurados que prestam serviços.

IV. A remissão é causa extintiva do crédito previdenciário e somente pode ser concedida por lei.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **99) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O limite mínimo do salário-de-contribuição para todos os empregados segurados corresponde ao valor do salário mínimo, tomado no seu importe mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.

II. No âmbito do custeio da Seguridade Social, compete ao INSS arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento de todas as contribuições sociais.

III. A empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES que remunerar contribuinte individual por serviços a ela prestados é responsável pelo desconto de 11% (onze por cento) dos valores pagos, que deverá ser recolhido juntamente com as contribuições a seu cargo.

IV. O prazo prescricional, cujo termo inicial é a data da constituição do crédito previdenciário pelo lançamento, tem sofrido alterações ao longo do tempo, conforme a natureza jurídica da contribuição, sendo na atualidade de dez anos.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.

### **100) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. No caso de rescisão do contrato de trabalho, as contribuições devidas para a Seguridade Social serão recolhidas em até quinze dias após a prática do ato, computando-se em separado a parcela atinente ao 13º salário.

II. Nos moldes do entendimento jurisprudencial dominante, a constituição do crédito previdenciário está sujeita ao prazo de decadência de cinco anos previsto na lei tributária, passando, com a edição da Lei

8.212/91, a ser decenal.

III. Pela Constituição, é vedada a cobrança de contribuição para a seguridade social no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.

IV. É facultado ao empregador doméstico, relativamente ao empregado a seu serviço cujo salário de contribuição seja igual ao salário mínimo, recolher trimestralmente as contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social.

- a) Todas as proposições são falsas.
- b) Todas as proposições são verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- e) Há apenas uma proposição verdadeira.